

**A EXCLUSÃO DOS “INCLUÍDOS” – EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E
DA NECESSIDADE DE RESISTÊNCIA À PATOLOGIZAÇÃO DOS
PROCESSOS DE ENSINO!¹**

**THE EXCLUSION OF THE “INCLUDED ONES” - IN DEFENSE OF
THE EDUCATION AND THE NEED TO RESIST PATHOLOGIZING
TEACHING PROCESSES!**

Paulo Sérgio Pereira Ricci²

Jéssica Elise Echs Lucena³

O convidativo título da obra *A exclusão dos “incluídos”: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos*, organizado por Marilda Gonçalves Dias Facci, Marisa Eugênia Melillo Meira e Silvana Calvo Tuleski, nos leva a refletir sobre uma questão central na sociedade capitalista: a contradição presente no pensar e fazer de práticas no interior de ciências como a Psicologia, a Educação e a Medicina. Em sua segunda edição, a obra foi prefaciada por Maria Lúcia Boarini (em 2012) e por Celso Zonta (em 2011).

A obra analisa uma problemática que se apresenta ao cotidiano escolar que é a exclusão mascarada contida na busca pela inclusão não pensada e não planejada de sujeitos aos processos educativos formais. Mascarada pelo fato de que, apesar de se buscar a inserção de todos à educação, repete-se o processo excludente pois, em essência, não se tem dado as condições objetivas necessárias para que todos os indivíduos se apropriem do que é efetivamente humano e cultural. Ou seja, as produções humanas referentes a Arte, Ciência e demais riquezas sociais continuam indisponíveis a tais sujeitos.

Neste sentido, o fio condutor que perpassa toda a discussão feita na obra é a compreensão do processo de humanização, segundo o qual o ser humano se torna membro

¹ Resenha livre da obra FACCI, M. G. D. MEIRA, M. E. M. TULESKI, S. C. *A exclusão dos “incluídos” – uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos*. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2012.

² Psicólogo; Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR); e Professor de Psicologia da Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO-PR). E-mail: paulo_ricci4@yahoo.com.br

³ Psicóloga; Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR) e bolsista CAPES. E-mail: jessicaelucena@gmail.com

efetivo da espécie a partir da apropriação das diversas formas de culturas disponíveis na sociedade. Apropriação esta que não ocorre de modo passivo, mas apenas em relação social ativa. Assim, a inclusão efetiva de um membro como representante genuíno da sociedade dependeria, sobretudo, da qualidade dessas relações irredutíveis a apenas aspectos biológicos ou individuais.

Inclui-se para continuar excluindo é a tese discutida em defesa de uma sociedade que humanize a todos os humanos, pela própria superação da sociedade capitalista, que produz a exclusão via divisão de classes. A transformação de problemas sociais em questões individuais caracterizadas por patologias pertencentes a *este* ou *aquele* ser, não é um fenômeno de hoje. Surge com o nascimento do indivíduo dado pela própria formação privada da personalidade concomitante a constituição da sociedade de classes.

Denúncias a esse processo, na interface Psicologia e Educação, também não são inéditas. Na história da Psicologia Escolar nacional, temos como marco o debate trazido por Patto (1984) que criticava práticas individualizantes e clínicas nos encaminhamentos de processos de não aprendizagem. Ou seja, a crítica a patologização dos processos educativos já possui uma história no Brasil marcadamente de 30 anos! Frente a isso, podemos nos questionar: quais fatores nos forçam ainda a resistir pela crítica? Ou, ainda, porque a crítica a tal naturalização de fenômenos sociais ainda se coloca como uma necessidade e problemática crucial para a atualidade?

Tal resposta se encontra no modo pelo qual a sociedade ainda tem se estruturado, que é pela propriedade privada. A crítica a biologicização da vida humana e, neste sentido, dos processos educativos, ainda é uma necessidade pelo fato de que, embora muitos avanços técnicos e teóricos tenham sido alcançados pela Psicologia, Medicina e Educação, permanece o sistema excludente, que requer superação.

Este cenário nos convoca a pensar no respeito e valorização das defesas presentes na obra “A exclusão dos ‘incluídos’” para uma compreensão e análise do modo produtivo da sociedade atual e que dá a marcha ao que se processa na educação escolar. Os problemas de escolarização são entendidos como reflexo da problemática social e não como sintomas individuais que devem ser trabalhados via patologização e medicalização do indivíduo isolado. As denúncias e defesas contidas neste livro ainda nos convocam à análise das ideologias presentes nos encaminhamentos de alunos que não aprendem, que muitas vezes são respaldadas por concepções ditas científicas, como pelos encaminhamentos de tais alunos aos psicólogos clínicos para tratamento psicopatológico, médicos e, muitas vezes, também

educadores que defendem a medicalização como única forma possível de enfrentamento da não aprendizagem. É necessário desenvolvimento de consciência e conhecimento da essência histórica desse fenômeno que é social e histórico. A este objetivo, se dedica o conteúdo da obra analisada. Abre-se, portanto, o convite à apreciação e continuidade da resistência pela via da crítica!

Esta obra é composta, então, de treze capítulos. Temos no primeiro capítulo, “*A sociedade capitalista e a inclusão / exclusão*”, Saulo Rodrigues de Carvalho e Lígia Márcia Martins que apresentam a incongruência do discurso da inclusão com o modo de produção capitalista, visto que este sistema é excludente em seu cerne. A condição de exploração posta pelo Capital, inevitavelmente, conduz ao afastamento humano daquilo que ele mesmo produziu.

Em continuidade a tal análise, no segundo capítulo, “*Capitalismo, Pós-Modernidade, Neoliberalismo e a subjetividade fragmentada*”, de Nádia Mara Eidt e Lenita Gama Cambaúva, há a discussão sobre a formação das características privadas *do* e *no* homem atual: individualista, efêmero, competitivo e que é capaz de fazer-se por si mesmo. O que, na aparência, transmite a ideia de que seu sucesso ou fracasso é resultado de seu esforço ou de suas condições naturais. O referencial Materialista Histórico-Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural são colocados como possibilidades para a superação aos postulados pós-modernos, na análise da constituição humana.

No terceiro capítulo, “*Formas de Pensar e agir nos acontecimentos escolares: criando brechas com a psicologia*”, Adriana Marcondes Machado discute possíveis encaminhamentos da Psicologia para o enfrentamento de práticas excludentes presentes no cotidiano escolar.

Em “*Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural*”, quarto capítulo, Marisa Eugênia Melillo Meira nos afirma que a exclusão social, historicamente, tem sido enfrentada pela biologização e patologização dos processos educativos no sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, a autora problematiza a existência dos transtornos de aprendizagem, como o TDAH e o TOD, defendendo a necessidade do ensino à aprendizagem e desenvolvimento das potencialidades humanas.

Engajadas a essa temática, no quinto capítulo, “*O lado escuro da dislexia e do TDAH*”, Maria Aparecida Affonso Moysés e Cecília Azevedo Lima Collares discutem a relação da existência e intensificação dos diagnósticos dos transtornos de aprendizagem à

indústria farmacêutica. Destaca-se o histórico do conceito de TDAH e problematiza-se os procedimentos de diagnósticos e efeitos colaterais do medicamento tradicionalmente utilizado. A defesa da não medicalização é colocada pelas autoras como um posicionamento ético.

Neste mesmo sentido, o posicionamento trazido por Marilda Gonçalves Dias Facci, Silvia Cintra da Silva e Maria Julia Lemes Ribeiro, no sexto capítulo *“Medicalização nas escolas e fracasso escolar: novamente a culpa é do aluno?”*, é o da defesa por uma análise crítica do processo histórico da compreensão do fracasso escolar. As autoras discutem os métodos utilizados para a compreensão do fracasso que trazem um entendimento individualizante enfatizando sempre os aspectos deficitários do desenvolvimento da criança.

Em *“Ler e escrever: da necessidade de ensinar e em defesa da superação das visões organicistas das dislexias, disgrafias e disortografias”*, sétimo capítulo, Silvana Calvo Tuleski e Marta Chaves, por meio do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, dão continuidade a problematização das patologias da não aprendizagem e apontam possibilidades educativas / interventivas para o enfrentamento das dificuldades escolares.

No oitavo capítulo, *“Alienação ou exclusão: refletindo o processo de ‘inclusão’ na educação de jovens e adultos”*, Lígia Regina Klein, Graziela Lucchesi Rosa da Silva e Wilson Aparecido da Mata destacam as implicações sociais contidas nos procedimentos educacionais direcionados a jovens e adultos. Denuncia-se a exclusão posta na ‘inclusão’ educativa precária destinada a tal público.

Na mesma temática da educação de jovens e adultos, no capítulo nove *“Educação e exclusão: Reflexões críticas sobre a educação básica para jovens e adultos no Brasil”* de Marisa Eugênia Melillo Meira, há a análise das ações voltadas a educação de adultos no Brasil, buscando uma compreensão crítica no que diz respeito a uma proposta de educação que almeje a formação de indivíduos que possam vir a tornar-se membros efetivos da sociedade.

Em *“A influência da classe especial na constituição da subjetividade dos alunos: uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural”*, capítulo dez, de Soraya Klug Possidônio e Marilda Gonçalves Dias Facci, continua-se o debate da exclusão, dessa vez, direcionado ao aluno que é encaminhado às classes especiais. Por meio do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, as autoras analisam a proporção subjetiva de tal experiência e questionam se tal modalidade de ensino realmente concretiza o desenvolvimento das funções

psicológicas por meio de processos de aprendizagem. Os dois capítulos seguintes abordam outras esferas dessa temática.

“*Sala de recursos e linguagem verbal: em defesa do desenvolvimento do humano no aluno*” é o título do capítulo onze de autoria de Sonia Mari Shima Barroco. A autora apresenta e defende a aprendizagem promotora de desenvolvimento, centralmente por meio da apropriação da linguagem verbal, na sala de recursos. Com o aporte na Psicologia Histórico-Cultural, constata-se a necessidade de que a linguagem seja trabalhada com pessoas com desenvolvimento diferenciado gerado por alguma deficiência, de modo que possa ser promovido o auto-controle do comportamento de tais sujeitos.

Encerrando o ciclo de debates sobre a exclusão/inclusão da pessoa com deficiência, o capítulo doze “*O deficiente no ensino superior: uma reflexão*”, de Marlene Aparecida Wischral Simionato, apresenta um histórico dos processos sociais no cuidado com a pessoa deficiente. Problematizam-se os processos de exclusão social de pessoas com e sem deficiência e apresenta-se a necessidade e desafios postos a educação superior no atendimento dessa população.

No décimo terceiro capítulo, “*Políticas educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática*”, de Marilene Proença Rebello de Souza e Marisa Lopes da Rocha, há uma reflexão sobre a Psicologia Escolar em relação a constituição e concretização das políticas educacionais. São pontuados os desafios para a Psicologia que pense, articule e concretize as políticas públicas no real atendimento das demandas sociais.

Finalizando esta Resenha, consideramos que esta obra contemple uma necessidade posta atualmente, a saber, a defesa da centralidade do ensino e a importância da análise de fenômenos sociais com fundamentação teórica aprofundada. Movimento este que se faz contrário a superficialidade apresentada pelo homem contemporâneo denunciada por Moraes (2009), quando esta critica a tendência da supressão do aprofundamento teórico nas pesquisas na área da educação com sérias consequências éticas, políticas e epistemológicas.

David Harvey (1994) explica que o momento histórico atual, denominado de Pós-Modernidade, é regido pela lógica Neoliberal. Esta apresenta a naturalização das desigualdades e contradições postas no cerne do sistema Capitalista. Para o autor, não é possível a superação do sistema enquanto persiste a concepção de que as desigualdades sociais são naturalmente dadas. Neste sentido, a crítica colocada pela obra “A exclusão dos ‘incluídos’” revela a ideologia posta nos processos de inclusão perversa e contribui para a

denúncia à exclusão permanentemente realizada pelo Capitalismo que impede que uma grande parcela dos membros de sua sociedade possa de fato apropriar-se da cultura.

A tomada de consciência desse movimento nos permite desmascarar as ideologias que transformam as diferenças sociais e defender a concepção de homem enquanto sujeito produtor da história e que se constitui socialmente. Esse princípio nos permite resistir e enfrentar o sistema por meio da crítica, ao evidenciar a diferença e a exclusão posta diante da luta de classes, também fonte das diferenças sociais, e dos processos de não aprendizagem e não desenvolvimento.

A todos que não se contentam com explicações prontas/naturais dos fenômenos da não aprendizagem e a todos que se incomodam com a incoerência da patologização da vida humana e dos processos educativos, lança-se o convite ao conhecimento, debate, reflexão e aprofundamento da obra analisada.

Referências

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MORAES, M. C. A teoria tem consequências. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, mai./ago., 2009.

PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

Recebido em janeiro de 2014

Aceito em março de 2014